

comprove a vantagem do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**1.4-DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA**  
1.4.1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<b>CESTA BASICA:</b> 5 kg arroz tipo 1, 02 kg feijão, 05 kg de açúcar, 02 litros de óleo, 01 kg de sal, 01 kg de macarrão, 02 kg de fubá, 02 latas de massa de extrato de tomate	Unidade	320

1.1 - Constitui objeto da presente Termo de Referência o registro de preços visando a Cestas Básicas, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.2 - O objeto desta contratação não se enquadrada como sendo bem de luxo conforme Decreto Municipal que dispõe sobre o bem de luxo.

1.3 - A aquisição ocorrerá mediante sistema de registro de preços, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantagem do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**1.4-DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA**  
1.4.1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<b>CESTA BASICA:</b> 5 kg arroz tipo 1, 02 kg feijão, 05 kg de açúcar, 02 litros de óleo, 01 kg de sal, 01 kg de macarrão, 02 kg de fubá, 02 latas de massa de extrato de tomate 140 gr, 01 pacote de biscoito 02 kg, 01 kg farinha de mandioca, 01 kg café em pó.	Unidade	320

1.4.2. A quantidade na tabela acima se refere a um quantitativo estimado, servindo apenas como referência, e não vincula em hipótese alguma o consumo efetivo a ser realizado pelo MUNICIPIO. Os fornecimentos se darão conforme necessidades.



3.6. No que diz respeito à manutenção e assistência técnica, a proposta inclui planos preventivos e corretivos, assegurando a continuidade operacional e prontidão para lidar com a ocorrência de problemas. Essa solução vai além dos aspectos financeiros e técnicos, abrangendo também requisitos de manutenção e assistência técnica para garantir a qualidade e continuidade do projeto.

3.5. Um ponto central da proposta é a garantia da qualidade dos alimentos, com a empresa contratada responsável por assegurar conformidade com as normas sanitárias, estabelecendo a pronta substituição em casos de inconformidades. Procedimentos de controle e monitoramento, aliados a práticas sustentáveis e responsabilidade social, reforçam o compromisso com a transparência e o desenvolvimento sustentável.

14.133/2021.  
comprova a vantagem do preço proposto, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1. Para a determinação dos preços de referência, buscam-se preços de mercado, de forma a alcançarmos preços mais próximos da realidade. O sistema de registro de preços permite que a Administração adquira os serviços à medida que forem sendo necessários, respeitando-se os limites orçamentários.

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

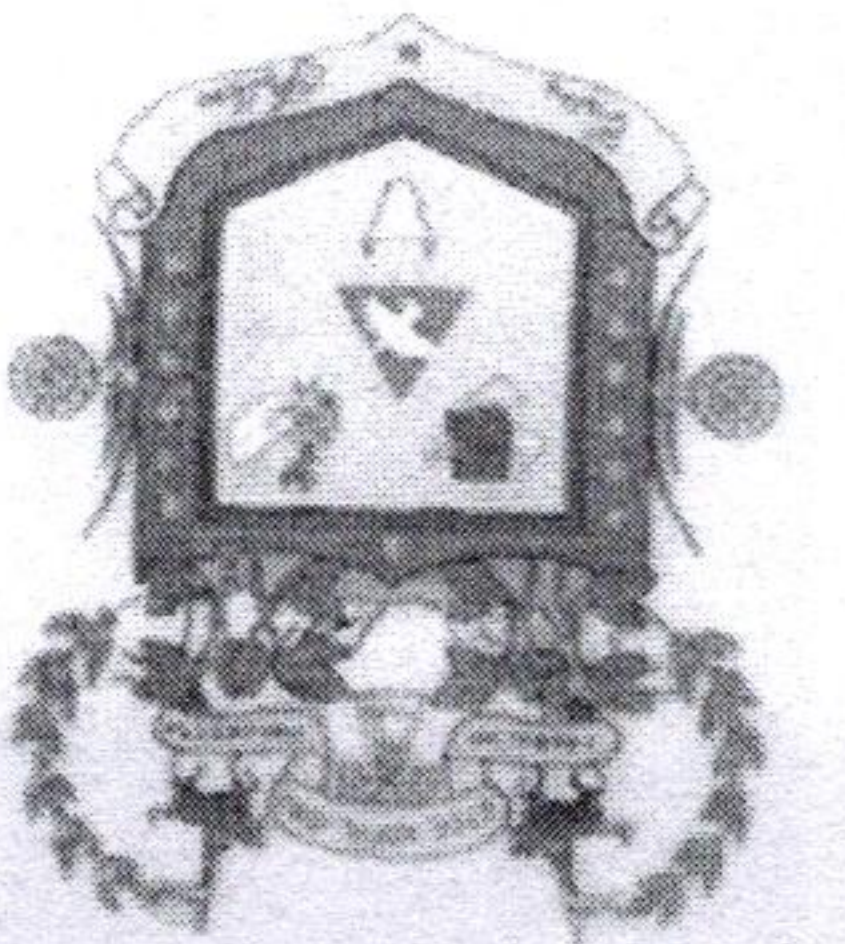
2.1. A fundamentação da contratação administrativa como um todo está no Estudo Técnico Preliminar – ETP – (§ 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021).

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS

3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1. Para a determinação dos preços de referência, buscam-se preços de mercado, de forma a alcançarmos preços mais próximos da realidade. O sistema de registro de preços permite que a Administração adquira os serviços à medida que forem sendo necessários, respeitando-se os limites orçamentários.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE FOLHAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ Nº 66.229.626/0001-82

com eventualidades. A comunicação eficaz entre a empresa contratada e a administração pública é também destacada, facilitando a resolução de problemas e alinhamento de expectativas, fortalecendo a parceria para o sucesso do projeto em benefício da comunidade.

qualidade.

**4.6.** Cestas básicas devidamente montadas e embaladas (prontas para entrega), em sacos plásticos transparentes e resistentes.

**4.7.** Todos os itens que compõem a cesta básica deverá estar de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA e conter dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

**4.8.DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**4.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual devidamente registrada.

**4.5.** Indicação de marcas e modelos. O mercado oferece inúmeros fornecedores especializados para o fornecimento dos produtos e que atendem a demanda, por isso em nossa descrição especificamos detalhadamente a composição de cada material, embalagens nas quais deverão ser ofertados e que os produtos deverão ser de boa qualidade.

**4.6.** Cestas básicas devidamente montadas e embaladas (prontas para entrega), em sacos plásticos transparentes e resistentes.

**4.7.** Todos os itens que compõem a cesta básica deverá estar de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA e conter dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

**4.8.DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**4.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as